



Câmara dos Deputados  
Gabinete do Deputado Federal  
Capitão Augusto

## REQUERIMENTO Nº , DE 2015 (do Sr. Capitão Augusto)

*Requer o apensamento da PEC 7/2015 à PEC 352/2013 para tramitação conjunta de proposição, tendo em vista a correlação das matérias tratadas em ambas as propostas.*

Senhor Presidente,

Nos termos do que dispõe o art. 142, c/c o inciso I do art. 139, ambos do Regimento desta Casa, requero a **tramitação conjunta da PEC 7/2015**, que *“Altera o art. 14 da Constituição Federal, a fim de prever a elegibilidade e direito políticos dos policiais e dos bombeiros militares”* à **PEC 352/2013** que *“Altera os arts. 14, 17, 27, 29, 45 e 121 da Constituição Federal, para tornar o voto facultativo, modificar o sistema eleitoral e de coligações, dispor sobre o financiamento de campanhas eleitorais, estabelecer cláusulas de desempenho para candidatos e partidos, prazo mínimo de filiação partidária e critérios para o registro dos estatutos do partido no Tribunal Superior Eleitoral, determinar a coincidência das eleições e a proibição da reeleição para cargos do Poder Executivo, regular as competências da Justiça Eleitoral e submeter a referendo as alterações relativas ao sistema eleitoral”*.

### JUSTIFICAÇÃO

A PEC 352/2013 é a proposição principal tendo inúmeras outras que tratam do tema da reforma política e eleitoral, todas apensadas na Comissão Especial.

A comissão especial está debatendo profundamente o assunto, e faz-se necessário que outras proposições que tratam o tema também sejam apensadas, para que outras distorções não contempladas pela proposta principal, em especial no tratamento de servidores civis e militares candidatos e eleitos.

Enquanto os servidores públicos civis ficam licenciados durante o período eleitoral e durante o mandato, com direito de retorno assegurado à função anterior, os militares são obrigados a se afastarem caso tenham menos de dez anos de serviço; e se com mais de dez anos de serviço, quando eleitos, passam automaticamente para a inatividade.

A PEC 7/2015 visa corrigir esta distorção, garantindo o retorno ao serviço ativo a todos os policiais e bombeiros militares no final da eleição ou no término do mandato.

Além de reivindicação justa, trata-se de proposição que regula matéria eleitoral, logo, correlata à PEC 352/2013 e à PEC 344/2013, que tratam da Reforma Política, devendo, portanto, ser objeto de análise conjunta no âmbito da Comissão Especial formada para analisar o tema.

Sala de Sessões, em ,de de 2015.

**CAPITÃO AUGUSTO**

**Deputado Federal**

**PR/SP**